

Autoridades e lideranças se mobilizam contra fechamento da 58ª Zona Eleitoral

BANDEIRANTES

Audiência pública sobre determinação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que trata a extinção e remanejamento das zonas eleitorais foi tema de debate entre sociedade civil organizada, poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário. A reunião aconteceu na Sala do Juri, do Fórum da Comarca de Bandeirantes, na manhã desta quinta-feira (20). Encontro foi conduzido pela diretora do Fórum, Juiz Fabiana Pessegini, que estava acompanhada do chefe do Cartório Eleitoral da 58ª Zona Eleitoral, Renato Tomazoni, da juíza Apoema Carmem Ferreira Vieira Domingos Martins Santos, e do promotor público José Augusto Marcondes Bernardo Gil.

Os prefeitos Lino Martins (Bandeirantes) e Jarbas Carnellosi (Santa Amélia), das respectivas cidades de atuação da 58ª Zona Eleitoral, participaram da audiência pública. Também estiveram presentes os vice-prefeitos Luiz Carmelo Comegno, Antonio Tamais, vereadores de Bandeirantes e Santa

Amélia, representantes de clubes de serviços, presidente da Subseção da OAB/PR, Paulo Buzato; presidente da ACTIAB, Patrícia Franco; presidente do Conseg, Luciano Silveira; professoras, secretários municipais, e demais lideranças das comunidades.

Durante a audiência, os presentes se manifestaram contra o rezoneamento eleitoral e que tal medida, apesar do TSE argumentar economia financeira, provocará transtornos de deslocamento da população, risco de prejuízo na eficiência dos serviços prestados – desde atendimento ao público quanto em todo o processo do sistema das eleições municipais e gerais – e ainda o distanciamento na relação entre a justiça eleitoral e os cidadãos.

As zonas eleitorais que não se enquadram em determinadas regras de número de eleitores e de densidade demográfica, conforme portaria 372, assinada pelo ministro do TSE, Gilmar Mendes, deverão ser extintas. A 58ª Zona Eleitoral para ser mantida, pelas novas regras, deve ter 40 mil eleitores.



Justiça Eleitoral de Bandeirantes abre discussão sobre rezoneamento

Entretanto, a soma atual de eleitores de Bandeirantes e Santa Amélia é de cerca de 30 mil. Ou seja, corre o risco de fechamento.

O público presente apresentou sugestões para mobilização e articulação com toda a sociedade civil organizada, classe política, entidades e instituições, pelo fortalecimento na manutenção da 58ª Zona Eleitoral, ou, se necessário, incorporar eleitores das unidades limítrofes.

O presidente da Subseção da OAB/PR de Bandeirantes, Paulo Buzato,

destacou que a entidade se posiciona contra a medida e que a extinção das zonas eleitorais restringe o acesso à Justiça Eleitoral, que com sua capilaridade contribui para a efetivação do Estado Democrático de Direito.

Ao final da audiência, com a ampla discussão, os presentes assinaram ata e todas as entidades, órgãos e instituições se comprometeram em enviar ofício ao presidente do TRE/PR, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, se manifestando contra a portaria do TSE.



Autoridades, lideranças, representantes de entidades se manifestaram contra a medida do TSE

Cornélio Procópio também debateu sobre rezoneamento eleitoral

C/PROCÓPIO

Foi realizada esta semana no Tribunal do Juri do Fórum de Cornélio Procópio, audiência pública para debater o Rezoneamento Eleitoral. Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, várias comarcas eleitorais deverão ser extintas, sobrecarregando as comarcas maiores.

Os municípios de Cornélio Procópio, Sertaneja e Leopólis, que integram a 26ª Zona Eleitoral da Comarca e a Ordem dos Advogados do Brasil OAB participaram da audiência com o Juiz Eleitoral Guilherme Formaggio Kikuchi, com o promotor Eleitoral Guilherme Martins Agostini e com o chefe de Cartório, Plínio Neves Angieuski. Todos foram unânimes em propor que estas mudanças não ocorram na região em função da distância entre as cidades

que possuem Comarcas e que deverão percorrer dezenas de quilômetros para ser atendido. Após a audiência, a OAB Procopense solicitou uma ata da reunião para enviar à OAB/PR para questionar estas alterações.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná esclareceu através de nota, que contactou a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), bem como a direção do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), que se comprometeram a tomar as medidas cabíveis em face da Portaria TSE 372, de 12 de maio de 2017, que trata do processo de rezoneamento das Zonas Eleitorais do interior.

A direção da AMB e do Coptrel destacaram que é fundamental que os Juizes,

Promotores e servidores das Zonas Eleitorais mantenham o excelente trabalho que sempre desempenharam e acionem os parlamentares de suas regiões para que tomem conhecimento dos efeitos da referida Portaria.

A nota destaca ainda que é imperativo a manutenção da qualidade dos serviços prestados por todos nós e que sempre tiveram como norte o cliente maior da Justiça Eleitoral: o eleitor. O prefeito Amin Hannouche foi representado pelo Procurador Jurídico da Prefeitura, Claudio Trombini e pela Diretora de Administração, Jacqueline Perisse. O prefeito de Sertaneja, Jamison Donizete também participou da audiência que contou com a presidente da OAB/ Cornélio Procópio, Thais Takahashi. (Comunicação/ Prefeitura)



Representantes das três cidades que integram a 26ª Zona Eleitoral da Comarca de Cornélio Procópio e a OAB participaram da reunião